



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO  
ENERGIA E SOCIEDADE NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**

**EDUCAÇÃO POPULAR:  
A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE ENERGIA E SOCIEDADE NO CAPITALISMO  
CONTEMPORÂNEO**

**Gisele Rose da Silva**

Orientadora: **Carmen Verônica dos Santos Castro**

Rio de Janeiro  
Janeiro de 2010

GISELE ROSE DA SILVA

**EDUCAÇÃO POPULAR:  
A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE ENERGIA E SOCIEDADE NO CAPITALISMO  
CONTEMPORÂNEO**

.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Orientadora: Carmen Verônica dos Santos Castro.

Rio de Janeiro

2010

**O horizonte da educação popular não é o homem educado, é o homem convertido em classe, e livre**

Caçamos borboletas ou nos iludimos com as nossas palavras?

Não há escolas para o povo; há escolas do povo,  
Ou há as escolas do opressor.  
Há o MOBREAL e há os grupos locais das lutas populares.  
Em qual dos dois ficamos, professor?  
Há os cursos patronais de formação de mão-de-obra,  
há o Projeto Minerva, há os programas inócuos de Educação  
de Adultos e desenvolvimento de comunidades.  
Do outro lado há momentos de prática, movimentos, espaços de luta,  
Avanços e recuos, trajetórias de trabalho e revisões.

Há grupos, gentes e agentes populares de cultura.  
De um lado as prisões didáticas cheias de flores e recursos,  
mas armadilhas que transformam o homem em massa  
e o corpo em máquina.  
Do outro lado as situações, companheiro, as estruturas,  
as escolas, os instrumentos e os educadores diretos da classe.

O trabalho do educador popular que não caça borboletas  
para os museus da academia,  
e não se engana com o poder de fogo das palavras do sistema,  
consiste em estar ali, no campo da frente de combate,  
e participar, e somar o seu trabalho didático,  
à prática política que guia o povo e o seu trabalho, educador.

A educação popular não ensina e não conduz,  
ela acompanha e reflete a prática do povo e vai à sua retaguarda.

A cultura da classe e a sua prática  
são ao mesmo tempo o caminho e a caminhada,  
o que se faz todo o dia pela conquista do poder da liberdade  
e o que se aprende todo o dia sobre ela, ao se fazer e acreditar.

O educador popular não é o dirigente e nem o professor  
de uma gente de frente que afinal tem os seus próprios  
criadores de um nova cultura.

Não há métodos, portanto, e nem sistemas rígidos,  
Porque é cada passo da prática política quem dita  
as regras da didática.

A educação popular não é o caminho e nem a caminhada,  
mas, ao longo do caminho, é como os sinais da caminhada:  
informes, mapas, setas, estrelas, recursos de orientação,  
os sinais que apontam em direção a rumos já encontrados  
e apenas ajudem quem caminha a não errar a caminhada.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. ***A Cultura do Povo, a prática da classe Canções de Militância.***

Campinas, 1980

## **Resumo**

O presente trabalho visa abordar o tema Educação Popular dentro da experiência do Curso de Extensão/Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo coordenado pelo ETTERN/IPPUR/UFRJ em parceria com o MAB, mostrando as mudanças sofridas neste conceito durante os anos e principalmente a importância da Educação Popular na atualidade em nosso país. O processo de formação do curso será abordado no que tange às relações e às vivências durante a realização da primeira turma. A educação popular será abordada de acordo com o conceito desenvolvido nos debates sobre a educação formal e não formal no país.

**Palavras-chave:** educação, educação popular, movimentos sociais, desigualdades sociais, sociedade justa.

## Índice

Resumo .....	4
Índice.....	5
Introdução.....	6
Parte I: A Educação Popular.....	10
Parte II: O MAB e a educação popular em suas bases sociais .....	12
Parte III: O curso de Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo .....	15
Conclusão.....	19
Lista de Siglas .....	21
Bibliografia.....	22

## Introdução

A idéia de fazer um trabalho falando sobre o Curso de Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo surgiu durante a primeira etapa que foi o período em que iniciei o trabalho de secretaria junto à coordenação do ETTERN/IPPUR/UFRJ (Laboratório Estado Trabalho Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.) Decidi escrever sobre esta experiência de parceria entre a universidade e os movimentos sociais envolvidos no curso por acreditar que a educação é um dos caminhos para conseguirmos mudar as desigualdades sociais no Brasil e no mundo, e por acreditar que todos merecem uma educação pública de qualidade. Iniciei uma reflexão de que a educação não deve ser vista como um luxo que poucos podem obter. E no caso da universidade, a instituição deve estar de portas abertas para todos aqueles que querem obter conhecimento.

Atualmente no Brasil quando se fala de Educação Popular o pensamento logo se remete aos pré-vestibulares comunitários, pré-vestibulares para negros e carentes e a mais falada Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essas modalidades de ensino estão presentes em práticas educacionais e em debates entre educadores e pensadores da educação que se dedicam ao tema.

No caso do ingresso à universidade, a desigualdade social se reflete na concorrência para ingressar nas universidades públicas e no preço abusivo dos cursinhos pré-vestibulares. Os pré-vestibulares comunitários, para negros e carentes se tornaram uma opção para aqueles que não têm condições de pagar um curso ou de pagar uma faculdade. São vários professores, em sua maioria recém formados, que dedicam algumas horas do dia em prol dessa causa sem receber nenhuma remuneração pelo trabalho desenvolvido, que recebem como pagamento o empenho de estudantes que buscam uma boa educação. Desenvolvendo um tipo de militância social e política na esfera da educação popular.

Já a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem tido um grande investimento inclusive dos governos municipais, estaduais e federal para que mais profissionais estejam capacitados em atender a uma demanda de superação defasagem educacional. São vários os cursos de especialização para profissionais que já estão trabalhando na educação para que possam atuar especificamente com educação de jovens e adultos (HADDAD, 2007).

Tendo em vista, esses temas tão atuais e tão importantes relacionados à Educação Popular, o foco deste trabalho de conclusão de curso aponta vislumbra a reflexão da educação popular na esfera dos movimentos sociais. Neste sentido, sem desconsiderar períodos históricos anteriores, mas considerando o contexto do qual surge o MAB, nos anos de 1980 um tipo de educação associada à formação política passa a ser desenvolvida pelos movimentos sociais. Por exemplo, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) inicia a organização de cursos de formação política e logo o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) que vem desenvolvendo experiências de educação e atualmente possui uma escola de formação.

O que pode ser observado é a importância que os movimentos sociais no Brasil vêm dando à formação de seus militantes com investimentos em cursos de Educação para Jovens e Adultos, cursos de formação de militantes, cursos de graduação, especialização e extensão em parceria com universidades públicas Ou seja, movimentos sociais que se constituíram a partir dos anos de 1980 investiram em formação política e em educação em seus diferentes graus de instrução.

O conceito de Educação Popular vem sendo modificado durante os anos que se passaram a partir da reflexão da educação destinada ao povo e a análise de práticas educativas voltadas a organização social e políticas de grupos (PAIVA, 1980 e BRANDÃO, 1986). Anteriormente era uma educação voltada para o povo para superar o analfabetismo. Também podemos identificar que esse conceito também foi de uma educação voltada para a formação de militantes, uma educação diretamente ligada às manifestações daqueles que durante muito tempo foram excluídos da sociedade, uma educação voltada a entender todas as diferenças sociais e principalmente voltada a mostrar o papel do excluído dentro da sociedade (BRANDÃO, 1986).

Essas modificações feitas durante todos esses anos, hoje nos mostra, mas um tipo de experiência de Educação Popular. Tendo os movimentos sociais se organizado desde a década de 80 hoje é fácil notar a importância deste conceito, a experiência que irei mostrar em meu trabalho é da parceria entre uma universidade pública e movimentos sociais através do Curso de Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo.

Ao falar de “experiência”, um termo utilizado com tantos significados, aqui ele será tratado como uma observação, um momento de reflexão sobre determinado assunto, um momento em que pensamentos, atos, palavras, emoções, pessoas,

espaços combinam-se. Essa “experiência” será entendida como observação, mas principalmente de participação, tendo em vista que sou uma das alunas do curso. Será uma experiência de troca de informações de conteúdos e de emoções que serão tratadas aqui neste trabalho de conclusão de curso.

Numa experiência de Educação Popular, vários fatores devem ser levados em consideração, mas existe um que talvez seja o primordial que é à adjetivação de popular, o povo, o humano, o ser humano aquele que estuda que lê os textos que debate com os professores, o que concorda com o professor e o que discorda do professor, o que quer falar durante a aula e o que prioriza o debate. O ser humano aqui é o maior agente dessa experiência porque sem o humano a Educação Popular não existiria.

A experiência de Educação Popular do Curso de Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo vai ser mostrada neste trabalho, levando em consideração alguns aspectos muito importantes como: a relação aluno/professor, a relação professor/aluno, a relação aluno/aluno, a estrutura física, pedagógica e militante. Acredito serem estes fatores primordiais para a construção de um trabalho que trata antes de qualquer coisa de educação.

O Curso de Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo é uma parceria entre o ETTERN (Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza) que faz parte do IPPUR/UFRJ (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), uma parceria que tem duração de mais de 20 anos, sob a coordenação do Professor Carlos Vainer e a direção do MAB. A idéia de se criar um curso de extensão e especialização já havia sido estudada durante alguns anos pelas instituições.

A idéia de fazer um curso de extensão e especialização não é recente, já vem de alguns anos de discussões e debates entre o Professor Carlos Vainer<sup>1</sup> e a direção do MAB, este foi um curso muito esperado por ambas as partes por concretizar a vontade de formar militantes com uma educação de qualidade, e principalmente de abrir as portas da UFRJ para o MAB - um movimento social do qual o IPPUR vem tendo como um dos atores sociais de estudos das ciências sociais.

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.



O termo “parceria” aqui é usado para ilustrar a importância de pessoas que pensam sobre o tema educação de forma ampla e diversificada, mas que acreditam que a educação deve ser levada a todos e que principalmente a Universidade Pública tem que estar de portas abertas não apenas para os movimentos sociais, mas sim para todos que buscam um ensino de superior gratuito e de qualidade.

São essas interações que fazem dessa uma ótima experiência de observação de pessoas que estão aprendendo algo novo, que estão em contato com professores de alta qualificação. Mas que ao mesmo tempo se depararam com os problemas reais da universidade, com falta de salas de aula, goteiras durante as chuvas, calor excessivo durante o verão. É mostrar que a universidade pública pode deixar de ser tão excludente, que pode ser voltada para aqueles que realmente precisam dela.

## Parte I: A Educação Popular

A educação popular surge para dar um novo rumo a educação no Brasil, principalmente na educação formal, tornando esta mais voltada para os problemas sociais de nossa sociedade, e com um compromisso de mostrar que educação não é um privilégio, mas sim um direito de todos. Mas também dá um novo rumo a educação informal, a educação gerada nos movimentos sociais socialização de experiências de luta, e principalmente experiências de vida. A educação popular surge quando se faz necessário uma nova forma de pensar condições ideológicas, políticas e pedagógicas, tentando aglutinar os movimentos populares no campo específico das relações que envolvem saber e conhecimento.

O tema educação popular não é novo, segundo Brandão (1986) o conceito de “educação popular”, vem sendo utilizado no final da década de 60 na América Latina e pouco tem a ver com o conceito que temos hoje. A educação popular era uma forma de deixar a escola menos elitizada e mais voltada para o social. A educação popular passou a ser uma alternativa para a busca de uma educação mais e justa e voltada para todos sem exceção.

Quando foi usada pela primeira vez intencionalmente e coletivamente a expressão: “educação popular” não significou com rigor o que veio a traduzir depois dos anos 60. Após a independência dos países da América Latina houve, como histórias diversas, um mesmo esforço de educadores, de outros intelectuais e de políticos em favor de uma popularização de caráter democratizante do ensino escolar, até então monopolizado por instituições confessionais e posto a serviço: a) dos interesses diretos da empresa colonial, quando em missões de catequese e serviços educacionais de transferência de informações e valores da metrópole para a colônia; b) das elites locais, quando disponível nas raras escolas para onde iam os filhos dos senhores do Reino ou da Colônia. “Educação Popular” significou, então, a extensão do direito e do dever de se aprender as regras e os nomes fundamentais da produção da cidadania, às crianças e adolescentes das camadas populares e das etnias subjugadas (BRANDÃO, 1986).

Como nos mostra Brandão, a educação popular tinha como base tornar a escola voltada para o social, mas principalmente pensava no âmbito escolar, ou seja, esta seria uma renovação das instituições que passaram a pensar o social, em busca de uma educação mais justa. Com o passar dos anos esse conceito de Educação

Popular mostrado por Brandão, foi sendo modificado e hoje já não possui a mesma definição que anteriormente. A educação popular na sua proposta original de conscientização de grupos sociais na sua luta política, se pode se dizer assim, tem sido personificada nos tantos movimentos sociais que temos hoje no Brasil.

A educação popular é definida como um paradigma político-educativo, teórico e metodológico que emergiu na região com notável força nos anos 1960 e na organização das classes subalternas na América Latina, os seus objetivos de promover a justiça social e a sua orientação metodológica, esteve sempre mais associada a formas de educação não-formal do que ao ensino (MARROW e TORRES 2004).

Uma nova concepção de Educação Popular teve como base as organizações populares de assessoria às comunidades pobres, nas organizações mais progressistas. Os movimentos sindicais e rurais a partir da década de 80 construíram estruturas educacionais sólidas, com concepções e estruturas curriculares sólidas. A CUT, por exemplo, criou um sofisticado sistema educacional, como destaca o autor, um Sistema Nacional de Formação. No caso do MST, já na década de 1990, foi lançado um “Manifesto de Educadores e Educadores na Reforma Agrária”, publicado em 1997 num jornal do MST. (RICCI, 2004)

A educação popular ultrapassou os muros das escolas formais e chegou até aos movimentos sociais, essas importantes modificações nos demonstram a importância adquirida pelos movimentos sociais, por lutarem em prol de uma educação de qualidade dentro e fora de suas organizações. O papel do educador popular agora se tornou de suma importância, dentro e fora dos movimentos sociais, pois devem considerar todos os fatores que envolvem seus alunos, suas lutas, seus medos, suas necessidades. O tema educação se tornou fundamental para todos os que lutam por uma sociedade mais justa. (RICCI, 2004)

Segundo Gadotti (2000): “Nos últimos anos, os educadores que permaneceram fiéis aos princípios da educação popular atuaram principalmente em duas direções: a *educação pública popular*, a *educação popular comunitária* e na *educação ambiental ou sustentável*, predominantemente não-governamentais”.

É preciso afirmar que a educação popular nos moldes atuais não atende somente aos interesses das classes populares, mas sim está inserida nos meios

formais de educação, não sendo apenas uma educação voltada para adultos que estão fora das instituições formais de ensino. A educação popular deve ser tratada de forma com que todos tenham acesso e que o Estado tenha compromisso em preservá-la, não sendo apenas uma educação de trabalhadores para trabalhadores. (PAIVA, 1980).

Acredito que nesse critério de educação popular pode-se enquadrar o curso de energia, pois ele é um curso organizado por militantes e constituído de militantes, porém dentro de uma universidade pública e principalmente dentro do modelo de um curso da universidade, com suas estruturas institucionais.

## **Parte II: O MAB e a educação popular em suas bases sociais**

Desde o final dos anos 60, a ditadura militar vinha reprimindo brutalmente as organizações populares e qualquer tipo de oposição. No início dos anos 70, torturando e violentando os direitos humanos, os militares haviam derrotado as tentativas de guerrilha e a resistência urbana dos grupos revolucionários, que se tinham isolado dos trabalhadores. O caminho tinha ficado aberto para implantarem seu modelo de desenvolvimento.

Os grandes projetos hidrelétricos foram parte deste modelo de desenvolvimento. Grandes usinas hidrelétricas começaram a ser construídas em todo o país. A energia gerada deveria sustentar a urbanização e industrialização aceleradas, que alimentavam o sonho propagandeado para as classes médias urbanas: fazer do Brasil um a grande potência. As grandes barragens eram usadas como símbolo da potência do país e do regime militar. E serviam também para fornecer energia barata para a exportação de produtos eletrointensivos, como o alumínio. (VAINER, 1992)

Estas grandes obras expulsavam dezenas de milhares de pessoas. Pequenos produtores perdiam suas terras, suas casas e seu trabalho. E iam se juntar aos milhões de expropriados pelo latifúndio, condenados ao desemprego e miséria das favelas, mocambos, invasões e periferia das grandes cidades.

Mas no final dos anos 70 e no início dos anos 80 ressurgiram a organização e a resistência dos movimentos populares, nas cidades e nos campos. Foi neste período

que surgiram as lutas e organizações que dariam origem ao Movimento Nacional de Atingidos por Barragens.

Com ajuda de setores da Igreja católica e do movimento sindical – na época era o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT - a CRAB tomou a iniciativa de organizar em abril de 1989, em Goiânia, o I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. O encontro foi preparado em 04 encontros regionais: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul.

O Encontro de Goiânia criou a Comissão Nacional Provisória para organizar, no ano seguinte, o I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens. Mas o Congresso só aconteceu em março de 1991, em Brasília. Delegados vindos de todo o país decidiram, deliberaram constituir o **MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens**, como um movimento nacional, popular e autônomo. Foi eleita a primeira Coordenação Nacional do MAB. Também se resolveu que o Movimento teria sede em São Paulo, com uma secretaria nacional funcionando permanentemente. Para marcar a fundação do MAB, o dia da plenária final do I Congresso, 14 de março, foi consagrado como **Dia Nacional de Luta contra as Barragens**, sendo celebrado desde então em todo país. O MAB hoje conta com escassos recursos científicos e técnicos para atuar na defesa dos direitos dos atingidos. Expressando as desigualdades da sociedade brasileira em termos de acesso ao conhecimento científico e técnico, a base social e a imensa maioria das lideranças do MAB padecem de enormes carências seja para se apropriar dos documentos referentes aos projetos hidrelétricos, seja para discutir e negociar com os técnicos e consultores das empresas responsáveis pelos grandes projetos. (VAINER, 2006)

Esse breve histórico da criação do MAB é mostrado para melhor compreensão de seu histórico de lutas, que pelo que podemos observar ultrapassou a luta dos atingidos por barragens e hoje lutam por uma sociedade mais justa.

O MAB dentro dessa perspectiva de luta acredita que a educação é necessária dentro desse processo de luta de uma sociedade mais justa, e por isso investe em educação para seus militantes, com cursos de formação política e educação de jovens e adultos, sendo uns organizados pelo MAB e outros em parceria com outros movimentos sociais. É necessário ressaltar que este curso é primeiro organizado pelo de no nível de extensão e especialização universitária.

É necessário lembrar que ao longo dos últimos anos o MAB vem desenvolvendo várias experiências no âmbito da educação que é mais do ensinar a Jovens e Adultos a ler e a escrever, mas sim é fazer com que estes tenham acesso a sua história e cultura, pois na educação encontra-se a possibilidade concreta de libertação e da emancipação das classes. E a partir disso tem se consolidado como um importante sujeito político nesta área.

É de suma importância reconhecer que os atingidos, sejam eles adultos, jovens ou crianças, devem elevar seus níveis de compreensão da realidade, não apenas pela mobilização, mas também pelo acesso ao conhecimento, à informação e a cultura universal.

O projeto de educação de Jovens e Adultos do MAB pretende<sup>2</sup>:

- Ser organicamente vinculado à história dos povos atingidos, sua identidade, cultura e experiência de vida e trabalho e às lutas políticas e sociais que o Movimento dos Atingidos por Barragens tem organizado;

- Ser geradora de novas vidas, novos sujeitos, culturas conhecimentos, atividades produtivas e relações com a natureza;

- Dialogar com a diversidade, as diferenças e as divergências, produzindo valores coletivos e acesso ao conhecimento;

- Ser processual e ter perspectiva de continuidade, mobilizando os povos atingidos nas diversas situações e condições em que se encontram;

- Relacionar política pública de educação do campo à política energética e ambiental à Nação Brasileira.

Os princípios pedagógicos que orientam as práticas da educação dos povos atingidos são:

- O direito à educação, à escolarização e à aprendizagem;

- O atingido como sujeito do processo educativo e histórico;

- O diálogo como princípio educativo;

- O zelo, a liberdade e a solidariedade como atitudes nas práticas de educação;

---

<sup>2</sup> Retirado do caderno pedagógico do MAB “A Educação no Movimento dos Atingidos por Barragens”.

- A gestão democrática das práticas de educação;
- A relação entre educação e política energética e ambiental;
- A educação contribuindo com a construção do projeto socialista do Brasil.

As atividades educativas devem seguir os seguintes princípios:

- O diálogo e a problematização das histórias e experiências de vida, da identidade, da cultura, da realidade e das lutas dos povos atingidos;
- A valorização das linguagens e a construção coletiva do conhecimento;
- A relação entre local-global-local na construção do conhecimento;
- A autodisciplina e a organização dos povos atingidos;
- A interdisciplinaridade na construção do conhecimento;
- O educador e a educadora como mediadores dos processos de educação e aprendizagem.

### **Parte III: O curso de Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo**

O curso de Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo surgiu da necessidade de obter uma melhor formação dos militantes do MAB. Este foi criado, no âmbito das atividades da ATEMAB (Assessoria Técnica e Educacional Meio Ambiente e Barragens) coordenada pelo Professor Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ), o Curso Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo, que vem a ser a primeira experiência organizada do MAB em curso de especialização e extensão universitária.

O curso foi elaborado nos módulos: extensão e especialização, para atender educandos com nível e superior e os que não concluíram a graduação. É necessário ressaltar que o curso é de formação de militantes e não é aberto a comunidade acadêmica da universidade. O curso contou com o apoio institucional e financeiro do Movimento dos Atingidos por Barragens e, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Pró-Reitoria de Extensão (PR-5), da Escola de Educação Física e Desportos (EEFD) e da ELETROBRAS.

A turma foi composta por alunos oriundos de diversas áreas de ensino e diversos lugares do país e da América Latina, vindos de aproximadamente vinte movimentos sociais além do MAB, tais como: O Movimento Sem Terra, Comissão Pastoral da Terra, Consulta Popular, Movimento de Mulheres Camponesas entre outros

Foram oferecidas quatro disciplinas obrigatórias por etapa, sendo que ao todo o curso foi composto por 16 disciplinas organizadas em seus 04 eixos temáticos, sendo eles:

- Eixo Temático 01: **Elementos de Economia Política;**
- Eixo Temático 02: **Economia Política do Meio Ambiente;**
- Eixo Temático 03: **Economia Política da Energia;**
- Eixo Temático 04: **Estado e Classes Sociais.**<sup>3</sup>

Essas disciplinas foram ministradas por professores da UFRJ, e de outras universidades do país, todos convidados em conjunto pela coordenação do ETTERN e do MAB. A escolha desses educadores teve como base antes de qualquer coisa o envolvimento com as questões sociais e o comprometimento com uma educação justa para todos.

O MAB trouxe para o âmbito da universidade alguns princípios de seu processo formativo, a partir da realidade e dos objetivos políticos a que se propõem, estes princípios fizeram parte da base de todas as etapas do curso, sendo eles: filosofia da práxis, estudo, organicidade, troca de experiências, mística, auto-organização dos militantes, criação de Coletivos Pedagógicos, pesquisa e avaliação.

De acordo com os princípios pedagógicos do MAB para um bom aproveitamento do curso era necessário se preencher todo tempo dos alunos, estes tempos educativos formam divididos da seguinte forma: tempo aula/plenária, tempo leitura/estudo<sup>4</sup>, tempo grupo de base, tempo síntese, tempo cultura, tempo esporte e tempo comunidade.

---

<sup>3</sup> Trechos retirados do Programa do Curso de Extensão/Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo elaborado pelo ATEMAB/ETTERN/IPPUR/UFRJ e MAB.

<sup>4</sup> Conceitos retirados do Projeto Metodológico da Etapa I do Curso de Extensão e Especialização ENERGIA E SOCIEDADE NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO elaborado pelo MAB



Dentro dos conceitos elaborados do MAB também foram criadas instâncias coletivas de discussão e encaminhamentos políticos pedagógicos, sendo estas responsáveis pela organicidade da turma: coordenação política pedagógica (CPP), grupo de base (GB), coordenação geral e o colegiado dos movimentos

Todos os alunos deveriam participar de alguma equipe de trabalho para ajudarem no bom andamento do curso, sendo essas equipes modificadas a cada etapa. As equipes foram às seguintes: sistematização do curso, secretaria e recepção, disciplina, ciranda, infra-estrutura, mística, comunicação, saúde, esporte e lazer, finanças, animação e relatório

Todos os alunos tinham que assistir a todas as aulas tanto os de especialização quanto os de extensão. Os trabalhos que foram apresentados e os trabalhos de conclusão do curso são iguais para todos, ou seja, todos terão que mostrar aquilo que aprenderam da mesma forma, o que pode ser considerada um incentivo para que todos estudem da mesma forma sempre ajudando uns aos outros.

As quatro etapas do curso foram realizadas na Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ, as condições físicas da unidade com certeza devem ser levadas em consideração, pois o calor excessivo, a falta de ventiladores, a falta d'água, a distância dos banheiros são problemas consideráveis que fica em regime fechado durante 15 dias numa instituição. Nas etapas durante o verão o calor com certeza foi um fator prejudicial ao aprendizado, e nas etapas durante o período de chuva as goteiras da escola causaram transtornos aos alunos e a coordenação.

No período de 15 dias (aproximadamente) os alunos ficaram em regime fechado dentro da EEFD assistindo aulas de no período de 8 horas da manhã até as 18 horas parando apenas para o almoço e alguns intervalos durante o dia. Esse ritmo de aula deve ser reavaliado, pois os alunos ficam muito cansados e chega a um ponto que não existe mais absorção do conteúdo ensinado. Os horários de descanso durante o dia eram muito poucos, tanto educandos quanto educadores se sentiam cansados com a maratona de estudo. Mas acredito que essa é uma discussão que terá que ser feita pelos coordenadores em algum momento, para que possa ser feita uma redistribuição da carga horária, e que os alunos possam realmente absorver tudo o que está sendo apresentado.

Os textos estudados durante a etapa foram escolhidos de acordo com o que cada professor encaminhou a coordenação, todos dentro do contexto do curso e sempre acrescentando algo novo aos alunos. Durante as etapas era distribuído uma

apostila contendo todos os materiais que seriam utilizados pelos professores e também algumas sugestões complementares caso algum aluno se interessasse em se aprofundar em determinado assunto.

Uma das críticas que faço a esse modelo de curso é a postura tomada pelo MAB de se criar um curso de formação de militante, pois se lutamos por uma sociedade mais justa e para direitos iguais para todos, qual o motivo de se fazer um curso onde não se prioriza a diversidade, principalmente a diversidade de opiniões, que ficou muito latente em vários momentos durante as etapas. Uma das experiências vividas durante o curso que vai ficar marcada foi à aula do Professor Vladimir Palmeira que conseguiu mexer com os alunos de uma forma bem interessante. Pelo fato do professor não dizer exatamente os alunos queriam ouvir, ele foi muito combatido por todos.

Essa falta de tato ao lidar com a liberdade de expressão não enriqueceu em nada os debates, infelizmente alguns alunos (principalmente os coordenadores) possuíam discursos centralizados que impediram o enriquecimento do debate. Quando se participa de um curso com características tão próprias, e com objetivos tão específicos é necessário deixar de militante por alguns instantes, e se posicionar como aluno, como aquele que busca o saber, que deixa de lado pelo menos em algum momento as convicções e se põe na posição de educando.

Esse centralismo utilizado deve ser repensado para que o debate se torne mais rico, pois só desmotiva a minoria dos alunos que por não serem engajados em nenhum movimento social (me incluo neste grupo), o “regime militar” utilizado deve ser repensado e reavaliado, para que as aulas, os debates, os estudos sejam absorvidos por todos da mesma forma. Se todos lutam para que existe uma educação de qualidade para todos sem exceção, por que esse tipo de atitude tem que ser visto dentro de um espaço que necessariamente prega outra tipo de atitude.

Nessa postura de se criar um curso específico para formação de militantes, a forma como o ambiente de estudo é tratado deve ser levado em consideração, em muitos momentos foi observado que os alunos não se sentiam e nem se portavam como alunos dentro de uma sala aula, mas sim como militantes dentro de uma plenária, momentos que seriam destinados a perguntas, se tornavam um espaço para discursos e principalmente marcação de posição política. A crítica a essa prática que foi observada durante todas as quatro etapas do curso segue no intuito de mostrar que é necessário pensar uma forma de se levar educação a todos, é necessário se fazer

discursos, mas existem momentos específicos para isso. Os alunos da turma precisam se familiarizar com a sala de aula, com o respeito ao professor, principalmente àqueles que não dizem exatamente o que pretendemos ouvir, mas são com esses que aprendemos mais, que nos fazem pensar o novo.

Como vimos acima no processo de mudança do conceito de educação popular, se não existissem questionamentos e posições diferentes não teríamos hoje uma nova definição de educação popular. Pensar sobre isso é importante para que a coordenação esteja atenta para que a sala de aula seja um espaço de crescimento intelectual do coletivo, mas principalmente de cada aluno. É preciso ser definidos os momentos de estudos e os momentos dos debates políticos.

O que foi apresentado em vários momentos aqui é que buscamos uma educação de qualidade para todos, que todos sem exceção tenham acesso as instituições públicas de ensino, sendo respeitados por sua posição política, sua raça e seu credo. Então quando se organiza um curso de tamanha importância esses fatores devem ser considerados primordiais para que aja uma interação da turma, aluno – aluno, aluno – professor e professor - aluno.

## **Conclusão**

Considerar todas essas formas de Educação Popular atualmente é muito importante, pois dessas conseguimos tirar uma conclusão que é necessário que a educação esteja ao alcance de todos sem exceção, que é necessário que todos tenham uma educação de qualidade, que todos tenham acesso a escolas e universidades, que a educação pública não seja excludente, mas que sim inclua todos aqueles que a procura.

O termo educação popular que ao longo de muitos anos foi se transformando, hoje tem como englobar também esta experiência de parceria da abertura das portas da maior universidade pública do país para movimentos sociais. Uma das práticas centrais da educação popular hoje é necessariamente ser enganajada, é estar voltada para o social, é levar o conhecimento para aqueles que não o detem, é um processo de formação e capacitação na perspectiva do compromisso com as classes populares. Mas, a educação popular não pode ser apenas um compromisso dos movimentos

sociais, deve ser sim um compromisso do Estado, este deve levar educação de qualidade a todos e em qualquer região do país.

Todas as experiências descritas aqui devem ser analisadas de forma com que esses projetos de educação popular sejam cada vez mais divulgados, e principalmente que sejam cada vez mais incentivados, pois tanto os pontos positivos quanto os negativos fazem parte de um processo de aprimoramento, e precisam ser destacados e levados para o debate.

A parceria entre o ETTERN e o MAB, merece ser divulgada em vários âmbitos de nossa sociedade para que grupos acadêmicos, instituições de ensino entre outros se motivem a participar e organizar esse tipo de curso, que visa sempre lutar em prol da educação.

No futuro quando formos pensar em educação espero possamos ver que essas formas de Educação Popular conseguiram atingir um êxito maior que o esperado, e que tenham conseguido modificar todas as formas de ensino. Acredito que a Educação Popular hoje seja uma forma de mostrar que todos querem aprender, mas que principalmente todos têm o direito de aprender e é com esse pensamento que devemos seguir lutando sempre em prol da educação.

## **Lista de Siglas**

**ATEMAB** - Assessoria Técnica e Educacional Meio Ambiente e Barragens

**CPP** - Coordenação Política Pedagógica

**CUT** – Central Única dos Trabalhadores

**EEFD** – Escola de Educação Física e Desportos

**EJA** – Educação de Jovens e Adultos

**ETTERN** - Laboratório Estado Trabalho Território e Natureza

**GB** – Grupo de Base

**IPPUR** – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

**MAB** – Movimento dos Atingidos por Barragens

**MST** – Movimentos dos Trabalhadores sem Terra

**PR-5** – Pró-Reitoria de Extensão

**UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro

## Bibliografia

BRANDAO, C. R. **Saber e ensinar: três estudos de educação popular**. Campinas: Papirus, 1986.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. *São Paulo Perspec.* 2000, v. 14, n. 2 pp. 03-11. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010288392000000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392000000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 05 jul. 2009.

HADDAD, S. **Novos caminhos em Educação de Jovens e Adultos – EJA. Um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo, 2007

MARRON, R. A. e TORRES, C. A. **GRAMSCI E A EDUCAÇÃO POPULAR NA AMÉRICA LATINA. Percepções do debate brasileiro**. Currículo sem Fronteiras, 2004, v.4, n.2, pp. 33-50.

PAIVA, V. **Estado e Educação Popular: recolocando o problema**. São Paulo, 1980.

RICCI, R. **A complexa relação entre educação e movimentos sociais no Brasil ou Aventuras e Desventuras da Educação Popular em tempos difíceis**. Escritos em Educação, do Instituto Superior de Educação Anísio Teixeira/Fundação Helena Antipoff, Ibirité, Minas Gerais, 2004.

VAINER, C.; Vieira, F. **Manual do Atingido – Impactos Sociais e Ambientais de Barragens**. Publicação ETTERN, Rio de Janeiro, 2006.

VAINER, C. **Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais**. Estudos Avançados-Dossiê Energia. USP, São Paulo, 2007.

VAINER, C. e ARAÚJO, F. **Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional.**” Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Rio de Janeiro, Setembro de 1992.